

Resumo do Relatório Final da Chamada 50

Coordenadores: Geralda Miranda & Manoel Santos

Instituição: CTC/FUNDEP/DCP

Ano: 2021.

O Subprojeto 50: “Análise do Impacto do Rompimento da Barragem da Mina do Córrego do Feijão nos Serviços de Proteção Social dos Municípios Afetados” teve como objetivo identificar, caracterizar e avaliar os efeitos da ruptura da barragem da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, sobre os serviços de proteção socioassistencial dos municípios atingidos, em especial os equipamentos, a infraestrutura, os recursos humanos, os recursos financeiros disponíveis e as despesas relacionadas à assistência social. Foram analisados os serviços e benefícios da Proteção Social Básica (PSB) e da Proteção Social Especial (PSE).

O estudo do período de 2014 a 2018 deixou evidente que os municípios eram muito diferentes entre si, tanto em relação à demanda quanto à oferta dos serviços, não importando o tamanho da sua população. Todos eles possuíam ao menos um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), ofertando o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), e 11 municípios possuíam o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), ofertando o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). Além disso, quatro outros municípios possuíam outros equipamentos da PSE, como Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) e Centro Dia, além dos serviços de acolhimento institucional presentes em 13 municípios, ofertados principalmente por unidades não governamentais.

O impacto do rompimento da barragem nos serviços de proteção socioassistencial dos municípios tem como principais resultados:

Na **Proteção Social Básica (PSB)**: em relação aos CRAS, não foi observado impacto estatisticamente relevante no Índice de Desenvolvimento do CRAS Geral (IDCRAS Geral) dos municípios atingidos em relação aos municípios do grupo controle. No entanto, foi verificada redução média na dimensão Estrutura Física e efeito causal médio positivo e significativo na dimensão Recursos Humanos, ou seja, houve impacto negativo nessas duas dimensões. Os municípios atingidos tiveram que reforçar, no ano de 2019, o quantitativo de pessoal vinculado diretamente à assistência social nos CRAS. Ou seja, o rompimento da barragem impactou o trabalho no equipamento da PSB, sendo necessário aumentar o número de profissionais, ainda assim em quantidade insuficiente para atender a demanda, comprometendo o padrão de qualidade do atendimento. Houve impacto do rompimento da barragem nas demandas por serviços da PSB, verificado no crescimento do número médio de famílias acompanhadas pelo PAIF, com variação entre os municípios. Houve intensificação das atividades coletivas, especialmente nos serviços destinados a crianças de 0 a 6 anos. Destaca-se Brumadinho pelo crescimento exponencial de novas famílias em acompanhamento nos CRAS (especialmente beneficiários do Programa Bolsa

Família), de visitas domiciliares e de famílias participando de grupos do PAIF em detrimento do número de atendimentos individuais. Houve impacto nos povos e comunidades tradicionais, sendo que dez dos municípios analisados apresentam percentual significativo de famílias cadastradas residentes na zona rural, e seis possuem maior presença de famílias pertencentes a povos ou comunidades tradicionais, de acordo com o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Esse impacto permanece meses depois do rompimento da barragem, devido à impossibilidade de manutenção de atividades de subsistência, principalmente com impacto na segurança alimentar, seguido da geração de renda e impactos psicossociais. E, por fim, podemos afirmar que houve aumento nas demandas por benefícios eventuais, especialmente por cestas básicas de alimentos, logo após o rompimento da barragem, intensificadas com o advento da pandemia da Covid-19, relato recorrente nas entrevistas.

Na **Proteção Social Especial (PSE)**: não foi possível mensurar o impacto do rompimento da barragem na maioria dos indicadores da PSE em razão das limitações dos dados. Nos dados que estão disponíveis, não foi verificado impacto. Mas, na análise qualitativa, foi verificado aumento crescente em algumas situações de desproteção social, como aumento do número de pessoas em situação de rua e das taxas de violência contra a mulher, que são demandas potenciais para a PSE. Houve, na maioria dos municípios que possuem serviços da PSE, aumento da oferta no PAEFI e nas medidas socioeducativas, bem como dos procedimentos técnicos realizados (atendimentos individuais e visitas domiciliares). Quanto ao impacto do rompimento da barragem nas despesas com assistência social, destaca-se o verificado nos gastos *per capita* com assistência social, com aumento em torno de 30% quando considerados os 19 municípios atingidos. Destaca-se Brumadinho, onde o impacto foi mais significativo. Com relação às receitas, é possível afirmar que os repasses federais para a assistência social, que vinham de uma trajetória de queda (2014 a 2018), tiveram um aumento médio em 2019, mas redução em 2020, o que não ocorre com as despesas que aumentaram depois do rompimento da barragem. Ou seja, houve aumento das despesas, diante de uma queda dos repasses federais, que representam a maior parte das receitas dos municípios na assistência social.

Por fim, no exercício dos **cenários**, foram mapeadas várias tendências e incertezas, e ficou demonstrado que os municípios atingidos pelo rompimento da barragem estão em uma situação **de desproteção agravada**. Sinteticamente, esse exercício permitiu afirmar que, na maioria desses municípios, houve redução nas despesas por família acompanhada *após* o rompimento da barragem. Ou seja, as despesas não cresceram no mesmo ritmo da necessidade de atendimento familiar do PAIF em 2019 e 2020, em comparação com o que havia sido em 2018. Essas tendências aparecem na análise dos dados reais de 2019 e 2020, em relação a 2018, e permanecem nas projeções para 2021, 2022 e 2023.

Paralelamente, em termos relativos, o rompimento da barragem causou uma redução de -23% no esforço fiscal nos municípios atingidos, e é possível atribuir a esse evento crítico uma futura

redução do esforço fiscal com assistência social e cidadania. A análise mostrou que não houve aumento de receita nos municípios atingidos quando houve aumento de despesas por famílias atendidas concomitante a uma diminuição do esforço fiscal, logo, a situação de calamidade pública dos municípios atingidos se agravou. Mantendo-se tudo constante, espera-se uma redução *per capita* do gasto com assistência social ao longo do tempo.

De forma sintética, o **cenário de desproteção agravada** na política de assistência social, resultante de incertezas e tendências negativas, decorrentes do rompimento da barragem da mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, requer ações e investimentos que fortaleçam os recursos e infraestruturas destinados à proteção socioassistencial das populações atingidas. Os recursos do Acordo Judicial podem contribuir sobremaneira nessa direção.